

S.A. "O Estado de S. Paulo"
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2010

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras auditadas da S.A. “O Estado de S. Paulo” (Controladora e Consolidado), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), que atendem aos princípios emanados do *IFRS – International Financial Reporting Standards*.

Resultados

A receita bruta consolidada da sociedade atingiu R\$ 872,1 milhões em 2010, registrando crescimento de 7,5% sobre o ano anterior. A receita líquida totalizou R\$ 724,5 milhões, com elevação de 9,2% em comparação ao mesmo período de 2009; o lucro operacional atingiu R\$ 77,3 milhões, com aumento de 34,7% em relação ao ano anterior e o lucro líquido montou a R\$ 46,0 milhões, comparado a R\$ 40,2 milhões em 2009.

Endividamento

O nível de endividamento da Sociedade medido pela relação entre a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (sigla que representa o lucro antes despesas de depreciação, juros e IR/CSLL) apresentou o índice de 0,81 em 31/12/2010 evoluindo favoravelmente de um já confortável índice de 1,09 no ano anterior.

Investimentos

A Sociedade manteve seu programa de investimentos em tecnologia da informação direcionados a ganhos de eficiência operacional, aperfeiçoamento de processos e desenvolvimento de novos produtos nos mercados de mídia impressa e digital. Em especial, implementou o projeto, inaugurado no início de 2011, *CTP (Computer to Plate)* no seu processo gráfico que vai permitir melhorias na qualidade e eficiência na impressão e redução de impactos no meio ambiente.

Aspectos operacionais

O ano foi marcado pelo bem-sucedido redesenho editorial e gráfico do jornal “O Estado de S.Paulo” e de seu site na internet. O jornal atualizou seu *design*, lançou novos cadernos, aprimorou a hierarquização de conteúdos e ampliou o espaço da análise, da opinião e da contextualização das notícias. O portal inovou na forma de apresentar os conteúdos e ampliou a oferta de vídeos e áudios, a interatividade e a relação com as redes sociais, incorporando novos sites, como “Política” e “Esportes”. A dedicação à plataforma “Economia & Negócios” foi aprofundada com um novo site produzido em conjunto com a Agência Estado, um novo caderno semanal dedicado à cobertura de Negócios e mais espaço na cobertura diária.

O desempenho jornalístico manteve sua reconhecida excelência em todas as mídias. Prêmios, como Ayrton Senna de Jornalismo (“Vazamento do Enem”), Allianz de Sustentabilidade (“Desafios do Novo Presidente”) e Embratel de Jornalismo (“Enem”) foram sinal desse reconhecimento. A *Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano* apontou o *estadão.com.br* com uma das 4 melhores práticas no uso das redes sociais na América Latina.

As áreas de conteúdo continuaram avançando na otimização e integração dos processos jornalísticos, o que tem propiciado a ampliação do portfólio e embasou o lançamento, no início de 2011, da rádio Estadão ESPN e da nova versão do “Estado” para os *tablets*. Eventos como o Paladar Cozinha do Brasil, Prêmio Paladar, Estadão Cultura, Circuito Estadinho, Aliás Debate, Fóruns Regiões e as premiações e *rankings* da Agência Estado foram ampliados e aconteceram no contexto dessa integração.

Publicidade

A Sociedade registrou crescimento superior a 50% no faturamento de publicidade no meio internet, comparado com um crescimento do mercado de 28%, coerente com a evolução do conteúdo e da audiência dos nossos portais. No meio jornal o crescimento foi de 7% no ano, superior à média dos jornais do País, que foi de 3% (dados do Projeto Intermeios). Também inovou no lançamento de novos formatos publicitários, como o anúncio musical.

Circulação

O jornal “O Estado de S. Paulo” atingiu média diária de 250.089 exemplares em dezembro de 2010, com crescimento em sua circulação de 13% sobre o mesmo período do ano anterior, comparado ao crescimento de 2% na circulação 2010 dos jornais brasileiros auditados pelo IVC - Instituto Verificador de Circulação. O Jornal da Tarde cresceu 10% em relação ao mesmo período, fechando dezembro com 46.816 exemplares.

Audiência e Digitais

Segundo o levantamento IBOPE Nielsen Online-Netview o portal estado.com.br obteve crescimento de 61% em páginas vistas no comparativo entre dezembro de 2010 e dezembro de 2009, superior ao dos três principais *players* da subcategoria Notícias Globais. Na medição de visitantes únicos passou da sexta para a quarta posição, com crescimento de 32%. Contribuiu positivamente para esse desempenho parceria firmada no segundo semestre de 2010 com MSN (portal da Microsoft), para o estabelecimento de um canal de notícias gerais no portal que tem uma das maiores audiências da internet brasileira.

Índice de Prestígio de Marca e Prêmio Caboré

Na 11ª edição da Pesquisa “Veículos Mais Admirados”, feita pela Troiano Branding com exclusividade para a publicação “Meio & Mensagem”, profissionais do mercado publicitário consagraram o Grupo Estado com o 1º lugar da categoria Jornal e o 2º lugar da categoria Rádio. O jornal “O Estado de S. Paulo” foi eleito pela sétima vez em dez anos como o mais admirado, obtendo a maior pontuação entre todos os meios e também foi agraciado com o Prêmio Caboré de Mídia Impressa, o mais reconhecido e prestigiado prêmio do mercado publicitário, concedido pelo jornal Meio & Mensagem.

Agência Estado

A controlada Agência Estado Ltda., que opera no segmento de provimento de informações e cotações financeiras e notícias em tempo real, continuou seu significativo programa de investimentos iniciado em 2009. Os desenvolvimentos de novos produtos incluem uma nova plataforma de captura, armazenamento, tratamento e re-distribuição de informações em tempo real, nova rede de baixa latência e *sites* de contingência para aumentar a segurança do fornecimento de dados 24x7. Cabe destaque para o lançamento do novo terminal AE Broadcast Versão 4.2 com roteamento eletrônico de ordens, módulo de renda fixa, captura automática e eletrônica de taxas e AE Chat embutido. Esse lançamento reforça a Comunidade AE, a maior comunidade financeira do Brasil, visando manter a liderança da empresa na geração e entrega de notícias, cotações e análises dos mercados financeiros em tempo real e operacionalizar os negócios de nossos clientes com acesso a liquidez e comunicação instantâneas.

Rádio Eldorado

A emissora da empresa coligada obteve em 2010 o prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte) de melhor cobertura esportiva do meio rádio, por meio da parceria com a ESPN. Para 2011 a expectativa é de crescimento significativo tanto da receita operacional como da nossa relevância no meio Rádio: em março lançamos a *Rádio EstadãoESPN*, especializada em jornalismo e esporte, e reposicionamos a Eldorado em outro *dial*, agora *Eldorado Brasil 3000*, em parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000, com seu reconhecido conteúdo musical e de sustentabilidade.

OESP Mídia

Os serviços digitais oferecidos pela coligada OESP Mídia, como criação e hospedagem de *sites*, otimização para *sites* de busca, correio eletrônico e figuração nos portais iLocal e Guias Setoriais já atingem quase a totalidade dos seus clientes. A empresa prepara para o primeiro semestre de 2011 o lançamento de um novo modelo de negócios, que marca sua transformação em uma plataforma de serviços e informação para pequenas e médias empresas. Este novo projeto alinha a estrutura e expertise da OESP Mídia no segmento, com a qualidade e tradição da produção de conteúdo nas redações das empresas do Grupo Estado.

São Paulo, 20 de Abril de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	57.178	33.388	41.744	58.354	36.055	49.410
Contas a receber (Nota 8)	94.367	73.084	72.928	104.977	83.745	90.623
Provisão para devedores duvidosos (Nota 8)	(22.691)	(13.174)	(18.910)	(24.260)	(14.846)	(22.321)
Depósitos para recursos	6.092	1.017	2.123	6.946	1.185	2.436
Outras contas a receber	4.306	3.595	4.694	5.585	4.574	5.703
Estoques (Nota 9)	21.596	15.019	38.836	21.596	15.019	38.836
Impostos a recuperar (Nota 10)	8.474	6.843	6.297	15.207	12.656	8.322
Partes relacionadas (Nota 17)	2.611	9.580	4.875	1.932	8.085	2.698
Dividendos a receber	6.553	6.936				
Despesas e comissões antecipadas	7.706	5.757	4.024	7.706	5.757	4.024
	<u>186.192</u>	<u>142.045</u>	<u>156.611</u>	<u>198.043</u>	<u>152.230</u>	<u>179.731</u>
Não circulante						
Partes relacionadas (Nota 17)	60.991	50.776	31.554	60.991	50.776	31.554
Depósitos para recursos (Nota 18)	19.237	18.727	16.977	27.804	26.414	22.874
Impostos a recuperar (Nota 10)	1.112	1.117		1.588	1.598	272
Crédito tributário (Nota 11)	41.013	40.209	57.330	45.110	43.665	59.794
Investimentos (Nota 12)	104.820	85.547	64.289	6.683	6.683	6.683
Imobilizado (Nota 13)	71.810	69.503	74.697	93.252	83.332	88.034
Intangível	542	542	542	647	647	647
	<u>299.525</u>	<u>266.421</u>	<u>245.389</u>	<u>236.075</u>	<u>213.115</u>	<u>209.858</u>
Total do ativo	<u>485.717</u>	<u>408.466</u>	<u>402.000</u>	<u>434.118</u>	<u>365.345</u>	<u>389.589</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	58.285	29.892	87.765	58.299	29.892	92.247
Debêntures (Nota 15)	34.114	16.613		34.114	16.613	
Fornecedores nacionais	41.432	40.922	23.521	48.276	43.189	25.433
Fornecedores estrangeiros	17.507	7.493	52.790	17.784	10.250	54.002
Salários e encargos sociais	23.082	23.226	19.513	29.314	29.479	25.385
Contas a pagar e outros	4.382	3.600	6.714	9.019	7.791	10.482
Dividendos a pagar (Nota 20(b))	11.503	9.890	10.628	11.503	9.890	10.628
Participação dos funcionários	637	786	3.285	832	1.044	3.929
Adiantamentos de clientes (Nota 19)	24.494	31.461	26.098	24.939	32.682	27.594
Partes relacionadas (Nota 17)	97.181	72.222	36.067	8.801	5.692	263
Programa de parcelamento fiscal (Nota 16)	888	812		1.651	1.104	
Provisão para contingências (Nota 18)	1.899	3.890	1.876	1.924	3.986	2.598
	<u>315.404</u>	<u>240.807</u>	<u>268.257</u>	<u>246.456</u>	<u>191.612</u>	<u>252.561</u>
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)			41.901	6.539		41.922
Debêntures (Nota 15)	33.573	67.148		33.573	67.148	
Provisão para contingências (Nota 18)	14.399	11.831	38.582	15.449	12.793	39.577
Programa de parcelamento fiscal (Nota 16)	12.375	11.367		21.139	15.453	
Outras provisões	929	1.137	5.853	1.925	2.163	8.122
	<u>61.276</u>	<u>91.483</u>	<u>86.336</u>	<u>78.625</u>	<u>97.551</u>	<u>89.621</u>
Patrimônio líquido (Nota 23)						
Capital social	45.668	45.668	45.668	45.668	45.668	45.668
Reservas de lucros	63.369	30.508	1.739	63.369	30.508	1.739
	<u>109.037</u>	<u>76.176</u>	<u>47.407</u>	<u>109.037</u>	<u>76.176</u>	<u>47.407</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>485.717</u>	<u>408.466</u>	<u>402.000</u>	<u>434.118</u>	<u>365.345</u>	<u>389.589</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita líquida (Nota 23)	580.755	528.436	724.508	663.221
Custo das vendas	(218.335)	(219.832)	(295.584)	(293.281)
Lucro bruto	362.420	308.604	428.924	369.940
Despesas com vendas	(231.670)	(202.277)	(249.315)	(211.499)
Despesas administrativas	(92.427)	(88.026)	(101.157)	(99.024)
Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 24)	2.875	(5.310)	(1.122)	(2.014)
Lucro operacional	41.198	12.991	77.330	57.403
Receitas financeiras	7.685	5.385	8.110	5.839
Despesas financeiras	(18.512)	(11.841)	(18.729)	(12.310)
Variações monetárias e cambiais	(1.052)	18.416	(1.257)	17.459
Resultado financeiro (Nota 24)	(11.879)	11.960	(11.876)	10.988
Equivalência patrimonial (Nota 12)	26.426	28.730		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.745	53.681	65.454	68.391
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11(a))	(9.731)	(13.459)	(19.440)	(28.169)
Lucro líquido do exercício	<u>46.014</u>	<u>40.222</u>	<u>46.014</u>	<u>40.222</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>94,85</u>	<u>82,91</u>		

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Reserva de lucros			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2009					
Saldo originalmente apresentado	45.668	8.259	119.639		173.566
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 21)				(126.159)	(126.159)
Saldo ajustado	<u>45.668</u>	<u>8.259</u>	<u>119.639</u>	<u>(126.159)</u>	<u>47.407</u>
Lucro líquido do exercício				40.222	40.222
Reserva legal		875		(875)	
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos (R\$ 23,60 por ação)				(11.453)	(11.453)
Absorção de prejuízos acumulados			(98.265)	98.265	
Em 31 de dezembro de 2009	<u>45.668</u>	<u>9.134</u>	<u>21.374</u>		<u>76.176</u>
Lucro líquido do exercício				46.014	46.014
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos (R\$ 23,60 por ação)				(13.153)	(13.153)
Retenção de lucros			32.861	(32.861)	
Em 31 de dezembro de 2010	<u><u>45.668</u></u>	<u><u>9.134</u></u>	<u><u>54.235</u></u>		<u><u>109.037</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>55.745</u>	<u>53.681</u>	<u>65.454</u>	<u>68.391</u>
Ajustes				
Depreciações	11.516	11.055	14.725	13.748
Juros e variações monetárias de mútuo	(3.656)	(2.631)	(3.656)	(2.631)
Juros e variações monetárias de empréstimos	15.357	11.193	15.466	11.033
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.517	(5.736)	9.414	(7.475)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	627	579	627	581
Equivalência patrimonial	(26.426)	(28.730)		
Resultado por adesão ao parcelamento fiscal	1.084	15.945	6.238	18.753
Provisão para contingências	3.693	(15.162)	2.462	(15.875)
Provisão para impostos parcelados				(1.360)
Outras obrigações	<u>(37)</u>	<u>(1.335)</u>	<u>(894)</u>	<u>182</u>
	<u>11.675</u>	<u>(14.822)</u>	<u>44.382</u>	<u>16.956</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(10.536)</u>	<u>(5.035)</u>	<u>(21.101)</u>	<u>(19.510)</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(31.855)	(156)	(21.232)	6.878
Estoques	(6.577)	23.817	(6.577)	23.817
Despesas e comissões antecipadas	(1.949)	(1.733)	(1.949)	(1.733)
Impostos a recuperar	(1.976)	(234)	(3.756)	(5.034)
Depósitos para recursos	(5.585)	(644)	(7.151)	(2.289)
Outras contas a receber	7.213	(346)	6.357	740
Partes relacionadas	25.598	14.874	(2.536)	(16.778)
Fornecedores	10.524	(27.896)	11.999	(25.996)
Salários e encargos sociais	(293)	1.214	(377)	1.209
Adiantamentos de clientes	3.605	5.363	(7.743)	5.088
Contingências	(3.116)	(4.310)	(1.658)	(4.353)
Outras contas a pagar	<u>(1.302)</u>	<u>(7.819)</u>	<u>(54)</u>	<u>(8.581)</u>
	<u>(5.713)</u>	<u>2.130</u>	<u>(34.677)</u>	<u>(27.032)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>51.171</u>	<u>35.954</u>	<u>54.058</u>	<u>38.805</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado	<u>(14.450)</u>	<u>(6.440)</u>	<u>(25.272)</u>	<u>(9.627)</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(14.450)</u>	<u>(6.440)</u>	<u>(25.272)</u>	<u>(9.627)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	61.381	15.291	67.909	15.291
Liquidação de empréstimos	(64.422)	(126.258)	(64.506)	(130.921)
Emissão de debêntures		83.725		83.725
Dividendos pagos	<u>(9.890)</u>	<u>(10.628)</u>	<u>(9.890)</u>	<u>(10.628)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(12.931)</u>	<u>(37.870)</u>	<u>(6.487)</u>	<u>(42.533)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.790	(8.356)	22.299	(13.355)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>33.388</u>	<u>41.744</u>	<u>36.055</u>	<u>49.410</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>57.178</u></u>	<u><u>33.388</u></u>	<u><u>58.354</u></u>	<u><u>36.055</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

As demonstrações financeiras consolidadas ("Companhia") compreendem as empresas S.A. "O Estado de S. Paulo" ("Estado"), Agência Estado Ltda. e São Paulo Distribuição e Logística ("SPDL").

A S.A. "O Estado de S. Paulo" foi fundada em 1875 tendo como atividade principal a publicação a edição e a impressão dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde", bem como os *sites* estadao.com.br e limao.com.br.

A Agência Estado Ltda. é uma subsidiária integral da S.A. "O Estado de S. Paulo". Com sede em São Paulo, foi fundada em 1970, e tem como atividade principal a produção e distribuição de informações para empresários, executivos, instituições financeiras e governamentais, veículos de comunicação, investidores pessoas físicas e profissionais liberais.

A S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. ("Sociedade") tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de gerenciamento de logística para distribuição de jornais e produtos editoriais, bem como de quaisquer outros produtos, e a administração de franquias de distribuição de jornais e produtos editoriais em todo o território nacional. Atualmente, a Sociedade possui como principais clientes os seus sócios-quotistas.

A Companhia e suas controladas operam integralmente e têm estruturas e custos administrativos, gerenciais e operacionais compartilhados com as demais empresas do Grupo Estado (Rádio Eldorado, OESP Participações, O.E.S.P. Gráfica S.A. e Oesp Mída Ltda.)

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor para refletir o custo de terrenos e edificações na data de transição para os CPCs, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela controladora e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a controladora controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a controladora e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido da controladora.

(c) Empresas incluídas as demonstrações financeiras consolidadas

As empresas controladas incluídas na consolidação estão demonstradas abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>Domicílio</u>	<u>Participação do consolidado - %</u>
Agência Estado Ltda.	Fornecimento de conteúdo	Brasil	100
S. Paulo Distribuição Logística Ltda.	Distribuição	Brasil	50

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, bem como as contas garantidas.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (c) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (f) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de publicidade de anúncios, vendas de jornais em bancas, venda de assinaturas e fornecimento de informações financeiras e econômicas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou as exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social e adições temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base o histórico de rentabilidade e as projeções de resultados futuros.

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

2.8 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem principalmente o parque gráfico. Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 13.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25-40
Máquinas	4-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

2.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Companhia têm planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As companhias não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada, Companhia de Previdência Privada OESPREV ("OESPREV") em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

2.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas e cíveis são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis.

2.16 Reconhecimento de receita e redução ao valor recuperável de contas a receber

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes, quando os serviços são prestados ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade.

A Companhia efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato, conforme requerido pelo CPC 30 - "Receitas", sendo que os efeitos resultantes foram contabilizados no resultado de cada período.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados como segue: (i) a receita com publicidade é reconhecida quando da publicação de anúncios; (ii) a receita relacionada às vendas de jornais em bancas é reconhecida

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

quando os jornais são vendidos aos leitores; (iii) a receita com assinaturas, referente a valores recebidos antecipadamente, é reconhecida de acordo com a entrega dos exemplares; e (iv) as demais vendas de produtos e de serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A controladora e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo Estado gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez. A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento é

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos do Grupo Estado proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas do Grupo é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto o custo do papel jornal e o conteúdo das bolsas internacionais são denominados em dólar e alguns em euro, causando um descasamento natural de moedas entre estes custos e despesas.

O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Estado, segundo as políticas aprovadas pela Administração. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de endividamento e liquidez.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2010, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

- . Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos circulantes - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- . Passivos financeiros - sujeitos a juros com taxas usuais de mercado (Notas 14 e 15).

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas principalmente com relação ao dólar norte-americano.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis passivos indexados as respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivos em moeda estrangeira	18.777	23.351	63.231

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que o Grupo não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de *commodities*

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço do papel jornal, matéria-prima do Estado, que são considerados *commodities*. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel da disponibilidade de substitutos.

Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento tempestivo do preço do papel jornal e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa *commodity* não existem operações derivativas de proteção disponíveis no mercado suficiente para mitigar o risco da totalidade das operações da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os *ratings* divulgados ao mercado. Vide Nota 7.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, o Grupo avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. O Grupo reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total de contas a receber da Companhia.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes e é incluída nas despesas de vendas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de Tesouraria. O Grupo de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	61.205	65.687	8.275	
Fornecedores e contas a pagar	<u>63.321</u>			
	<u>124.526</u>	<u>65.687</u>	<u>8.275</u>	
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	80.063	61.205	73.962	
Fornecedores e contas a pagar	<u>52.015</u>			
	<u>132.078</u>	<u>61.205</u>	<u>73.962</u>	
Em 1º de janeiro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	132.196	80.063	135.167	
Fornecedores e contas a pagar	<u>83.025</u>			
	<u>215.221</u>	<u>80.063</u>	<u>135.167</u>	
	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Empréstimos e financiamentos	61.818	68.435	18.742	9.364
Fornecedores e contas a pagar	<u>75.079</u>			
	<u>136.897</u>	<u>68.435</u>	<u>18.742</u>	<u>9.364</u>
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	80.160	61.818	80.321	16.220
Fornecedores e contas a pagar	<u>61.230</u>			
	<u>141.390</u>	<u>61.818</u>	<u>80.321</u>	<u>16.220</u>
Em 1º de janeiro de 2009				
Empréstimos e financiamentos	132.196	80.160	142.139	16.220
Fornecedores e contas a pagar	<u>89.917</u>			
	<u>222.113</u>	<u>80.160</u>	<u>142.139</u>	<u>16.220</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

4.2 Demonstrativo da análise de sensibilidade

A tabela a seguir mostra a sensibilidade das principais dívidas e aplicações da Companhia.

<u>Dívidas e aplicações</u>	<u>Cenário</u>	<u>Receita (despesa)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Empréstimos e financiamentos	Elevação de 8,03% na cotação do dólar em relação à Ptax de 31 de dezembro de 2010 - R\$ 1,6662 versus R\$ 1,8	(53)	(53)
Contas a pagar	Elevação de 8,03% na cotação do dólar em relação à Ptax de 31 de dezembro de 2010 - R\$ 1,6662 versus R\$ 1,8	(942)	(942)
Debêntures	Projeção de 12,75% do CDI	(6.071)	(6.071)
Aplicações financeiras	Projeção de 12,75% do CDI sobre o montante aplicado	<u>3.407</u>	<u>3.407</u>
Total do impacto estimado		<u>(3.659)</u>	<u>(3.659)</u>

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 17 e 18)	132.525	113.653
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(58.354)</u>	<u>(36.055)</u>
Dívida líquida	<u>74.171</u>	<u>77.598</u>
EBITDA	92.055	71.151
Coefficiente de dívida líquida/EBITDA	0,81	1,09

O cálculo do EBTIDA compreende o lucro operacional líquida do efeito da depreciação no período.

4.4 Estimativa do valor justo

A Companhia estima que os saldos das contas a receber de clientes, menos provisão para perda, e de contas a pagar aos fornecedores estejam próximos dos seus valores justo, não sendo necessário nenhum ajuste.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A Companhia aplica a alteração ao para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 todos os instrumentos financeiros estão classificados no Nível 2.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	57.178	33.388	41.744
Contas a receber de clientes	<u>71.676</u>	<u>59.910</u>	<u>54.018</u>
	<u>128.854</u>	<u>93.298</u>	<u>95.762</u>
Passivos			
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	125.972	113.653	129.666
Fornecedores e contas a pagar	<u>63.321</u>	<u>52.015</u>	<u>83.025</u>
	<u>189.293</u>	<u>165.668</u>	<u>212.691</u>
			Consolidado
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	58.354	36.055	49.410
Contas a receber de clientes	<u>80.717</u>	<u>68.899</u>	<u>68.302</u>
	<u>139.071</u>	<u>104.954</u>	<u>117.712</u>
Passivos			
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	132.525	113.653	134.169
Fornecedores e contas a pagar	<u>75.079</u>	<u>61.230</u>	<u>89.917</u>
	<u>207.604</u>	<u>174.883</u>	<u>224.086</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Caixas e bancos	16.691	20.759	14.741	17.867	22.115	17.764
Aplicações financeiras	40.487	12.629	27.003	40.487	13.940	31.646
	<u>57.178</u>	<u>33.388</u>	<u>41.744</u>	<u>58.354</u>	<u>36.055</u>	<u>49.410</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento de 100% do CDI e liquidez imediata.

7 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Conta-corrente e aplicações financeiras						
AA+ (bra)	5.825	3	1.237			
AAA (bra)	51.285	33.304	38.581			
Outros	68	81	1.926			
	<u>57.178</u>	<u>33.388</u>	<u>41.744</u>			
Conta-corrente e aplicações financeiras						
AA+ (bra)	5.835	52	3.031			
AAA (bra)	52.434	35.905	43.396			
Outros	85	98	2.983			
	<u>58.354</u>	<u>36.055</u>	<u>49.410</u>			

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

8 Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes	94.367	73.084	72.928	104.977	83.745	90.623
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(22.691)	(13.174)	(18.910)	(24.260)	(14.846)	(22.321)
Parcela circulante	<u>71.676</u>	<u>59.910</u>	<u>54.018</u>	<u>80.717</u>	<u>68.899</u>	<u>68.302</u>

Em 31 de dezembro de 2010, no consolidado o contas a receber de clientes no valor de R\$ 27.556 (2009 - R\$ 26.347; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 31.074) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer	47.033	35.883	30.436	53.161	42.552	37.228
Até três meses	10.928	9.299	10.823	13.697	11.208	16.581
De três a seis meses	<u>13.715</u>	<u>14.728</u>	<u>12.759</u>	<u>13.859</u>	<u>15.139</u>	<u>14.493</u>
	<u>71.676</u>	<u>59.910</u>	<u>54.018</u>	<u>80.717</u>	<u>68.899</u>	<u>68.302</u>

Em 31 de dezembro de 2010, contas a receber de clientes no consolidado, no total de R\$ 24.260 (2009 - R\$ 14.846; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 22.321) estavam vencidas e provisionadas. Segundo avaliação, uma parcela das contas a receber deve ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
De três a seis meses	1.506	1.935	5.459	1.683	2.210	6.807
Acima de seis meses	<u>21.185</u>	<u>11.239</u>	<u>13.451</u>	<u>22.577</u>	<u>12.636</u>	<u>15.514</u>
	<u>22.691</u>	<u>13.174</u>	<u>18.910</u>	<u>24.260</u>	<u>14.846</u>	<u>22.321</u>

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Em 1º de janeiro		18.910	14.846	22.321
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber		5.609	12.376	4.416
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	<u>(2.478)</u>	<u>(11.345)</u>	<u>(2.962)</u>	<u>(11.891)</u>
Em 31 de dezembro	<u>22.691</u>	<u>13.174</u>	<u>24.260</u>	<u>14.846</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

9 Estoques

	Controladora e consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Matérias-primas	10.133	4.992	29.734
Importação em trânsito	3.363	2.487	3.095
Outros materiais	8.100	7.540	6.007
	<u>21.596</u>	<u>15.019</u>	<u>38.836</u>

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo das vendas" totalizou R\$ 76.461 em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 91.389).

10 Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
IRPJ e CSLL	7.414	5.736	3.953	11.965	7.993	5.372
PIS e COFINS	1.857	1.531	1.518	3.319	2.676	2.359
IPI	245			245		
ISS	70	397	551	76	428	588
INSS				1.190	2.861	
Outros		296	275		296	275
	<u>9.586</u>	<u>7.960</u>	<u>6.297</u>	<u>16.795</u>	<u>14.254</u>	<u>8.594</u>
Parcela não circulante	<u>1.112</u>	<u>1.117</u>		<u>1.588</u>	<u>1.598</u>	<u>272</u>
Parcela circulante	<u>8.474</u>	<u>6.843</u>	<u>6.297</u>	<u>15.207</u>	<u>12.656</u>	<u>8.322</u>

A parcela não circulante terá realização em percentual aproximado de 25% em cada ano.

11 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas utilizam a sistemática do lucro real e calcularam e registraram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

fiscais e de diferenças temporárias referentes (a) provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; (b) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (c) diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs.

A realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias ocorrerá até o final de 2015 de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela administração.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de crédito tributário da controladora em 2010 totalizou R\$ 41.013 (em 2009 R\$ 40.209, em 1º de janeiro de 2009 R\$ 57.330), e é esperada a realização no prazo de um ano de R\$ R\$ 1.196 (em 2009 R\$ 3.047, em 1º de janeiro de 2009 R\$ 7.958) e o restante será realizado 13% em 2012 e o restante em até três anos.

Os valores de crédito tributário do consolidado em 2010 totalizou R\$ 45.110 (em 2009 R\$ 43.665, em 1º de janeiro de 2009 R\$ 59.794), e é esperada a realização no prazo de um ano de R\$ 1.912 (em 2009 R\$ 3.868, em 1º de janeiro de 2009 R\$ 8.297) e o restante será realizado 13% em 2012 e o restante em até três anos.

(a) Reconciliação da despesa de IR e CSLL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Lucro antes do IR e da CSLL	55.745	53.681	65.454	68.391
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	(18.953)	(18.252)	(22.254)	(23.253)
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva				
Efeito da equivalência patrimonial	8.985	9.768		
Efeito relativo aos juros sobre capital próprio	2.380	3.894	3.740	6.434
Diferenças permanentes	(2.143)	(8.869)	(926)	(11.350)
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>(9.731)</u>	<u>(13.459)</u>	<u>(19.440)</u>	<u>(28.169)</u>
Corrente	(10.814)	(5.035)	(22.181)	(20.401)
Diferido	<u>1.083</u>	<u>(8.424)</u>	<u>2.741</u>	<u>(7.768)</u>
	<u>(9.731)</u>	<u>(13.459)</u>	<u>(19.440)</u>	<u>(28.169)</u>
Taxa efetiva - %	17	25	30	41

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Prejuízos fiscais de imposto de renda	11.092	14.676	24.085
Bases negativas de contribuição social	4.263	5.553	9.495
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	7.994	7.808	8.883
Provisão para devedores duvidosos	7.326	4.090	6.040
Outras provisões temporárias	<u>10.338</u>	<u>8.082</u>	<u>8.827</u>
	<u>41.013</u>	<u>40.209</u>	<u>57.330</u>
	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Prejuízos fiscais de imposto de renda	11.092	14.676	24.085
Bases negativas de contribuição social	4.263	5.553	9.495
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	8.569	8.358	9.391
Provisão para devedores duvidosos	7.847	4.658	7.200
Outras provisões temporárias	<u>13.339</u>	<u>10.420</u>	<u>9.623</u>
	<u>45.110</u>	<u>43.665</u>	<u>59.794</u>

(c) Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e de 2008, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Em 2010, a Companhia também adotou as mesmas práticas tributárias de 2008 e de 2009, uma vez que o RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

12 Investimentos e provisão para perda em investimento

(a) Investimento

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>1º de janeiro de 2009</u>
Agência Estado Ltda.	98.052	78.993	57.727			
S. Paulo Distribuição e Logística Ltda.	85	(129)	(121)			
Outros	<u>6.683</u>	<u>6.683</u>	<u>6.683</u>	<u>6.683</u>	<u>6.683</u>	<u>6.683</u>
	<u>104.820</u>	<u>85.547</u>	<u>64.289</u>	<u>6.683</u>	<u>6.683</u>	<u>6.683</u>

(b) Informações sobre os investimentos

	<u>Milhares de ações/quotas</u>	<u>Participação no capital social integralizado - %</u>	<u>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>
Em 1º de janeiro de 2009				
Agência Estado Ltda.	15.030	100	57.727	23.362
S. Paulo Distribuição e Logística Ltda.	1	50	(242)	(342)
Em 31 de dezembro de 2009				
Agência Estado Ltda.	15.030	100	78.993	28.738
S. Paulo Distribuição e Logística Ltda.	1	50	(258)	(16)
Em 31 de dezembro de 2010				
Agência Estado Ltda.	15.030	100	98.052	26.212
S. Paulo Distribuição e Logística Ltda.	1	50	170	428

(c) Movimentação dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial e da provisão para perda

	<u>Investimentos</u>	
	<u>Agência Estado Ltda.</u>	<u>S. Paulo Distribuição e Logística Ltda.</u>
Em 1º de janeiro de 2009		
Equivalência patrimonial	57.727	(121)
Recebimento de dividendos	28.738	(8)
	<u>(7.472)</u>	
Em 31 de dezembro de 2009		
Equivalência patrimonial	78.993	(129)
Recebimento de dividendos	26.212	214
	<u>(7.153)</u>	
Em 31 de dezembro de 2010	<u>98.052</u>	<u>85</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

**Notas explicativas consolidadas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**
Em milhares de reais

(d) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento refere-se a um imóvel composto por 4 (quatro) lotes de terrenos sem benfeitorias, localizado em Santana de Parnaíba, registrado ao valor de R\$ 6.647.

O valor justo do ativo para o exercício de 2010 foi de R\$ 46.984, conforme laudo preparado por empresa especializada.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

13 Imobilizado

	Controladora								
	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e benfeitorias</u>	<u>Equipamentos eletrônicos</u>	<u>Equipamentos e instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Total em operação</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total do imobilizado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	197	577	16.454	53.706	1.203	890	73.027	1.670	74.697
Aquisição			882	125	3.583	21	4.611	1.829	6.440
Baixas líquidas				(43)	(536)		(579)		(579)
Transferências			928	200		5	1.133	(1.133)	
Depreciação		(16)	(4.651)	(5.734)	(457)	(197)	(11.055)		(11.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>197</u>	<u>561</u>	<u>13.613</u>	<u>48.254</u>	<u>3.793</u>	<u>719</u>	<u>67.137</u>	<u>2.366</u>	<u>69.503</u>
Custo total	197	3.142	71.514	200.625	4.973	9.645	290.096	2.366	292.462
Depreciação acumulada		(2.581)	(57.901)	(152.371)	(1.180)	(8.926)	(222.959)		(222.959)
Valor residual	<u>197</u>	<u>561</u>	<u>13.613</u>	<u>48.254</u>	<u>3.793</u>	<u>719</u>	<u>67.137</u>	<u>2.366</u>	<u>69.503</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	197	561	13.613	48.254	3.793	719	67.137	2.366	69.503
Aquisição		371	3.597	1.277	967	223	6.435	8.015	14.450
Baixas líquidas					(627)		(627)		(627)
Transferências		21	1.657	102	(102)	47	1.725	(1.725)	
Depreciação		(33)	(4.895)	(5.599)	(798)	(191)	(11.516)		(11.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>197</u>	<u>920</u>	<u>13.972</u>	<u>44.034</u>	<u>3.233</u>	<u>798</u>	<u>63.154</u>	<u>8.656</u>	<u>71.810</u>
Custo total	197	3.534	76.768	202.004	5.211	9.915	297.629	8.656	306.285
Depreciação acumulada		(2.614)	(62.796)	(157.970)	(1.978)	(9.117)	(234.475)		(234.475)
Valor residual	<u>197</u>	<u>920</u>	<u>13.972</u>	<u>44.034</u>	<u>3.233</u>	<u>798</u>	<u>63.154</u>	<u>8.656</u>	<u>71.810</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,94	20	7,14	20	10			

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais

	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos eletrônicos	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Total em operação	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 1º de janeiro de 2009	2.107	2.239	25.413	53.943	1.203	1.106	86.011	2.023	88.034
Aquisição			1.736	125	3.583	26	5.470	4.157	9.627
Baixas líquidas				(45)	(536)		(581)		(581)
Transferências		90	1.191	200		5	1.486	(1.486)	
Depreciação		(130)	(7.083)	(5.803)	(457)	(275)	(13.748)		(13.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>2.107</u>	<u>2.199</u>	<u>21.257</u>	<u>48.420</u>	<u>3.793</u>	<u>862</u>	<u>78.638</u>	<u>4.694</u>	<u>83.332</u>
Custo total	2.107	6.005	100.800	202.720	4.973	11.224	327.829	4.694	332.523
Depreciação acumulada		(3.806)	(79.543)	(154.300)	(1.180)	(10.362)	(249.191)		(249.191)
Valor residual	<u>2.107</u>	<u>2.199</u>	<u>21.257</u>	<u>48.420</u>	<u>3.793</u>	<u>862</u>	<u>78.638</u>	<u>4.694</u>	<u>83.332</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.107	2.199	21.257	48.420	3.793	862	78.638	4.694	83.332
Aquisição		371	4.029	1.283	967	223	6.873	18.399	25.272
Baixas líquidas					(627)		(627)		(627)
Transferências		21	3.948	102	(102)	47	4.016	(4.016)	
Depreciação		(148)	(7.865)	(5.663)	(798)	(251)	(14.725)		(14.725)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>2.107</u>	<u>2.443</u>	<u>21.369</u>	<u>44.142</u>	<u>3.233</u>	<u>881</u>	<u>74.175</u>	<u>19.077</u>	<u>93.252</u>
Custo total	2.107	6.397	108.736	204.103	5.211	11.494	338.048	19.077	357.125
Depreciação acumulada		(3.954)	(87.367)	(159.961)	(1.978)	(10.613)	(263.873)		(263.873)
Valor residual	<u>2.107</u>	<u>2.443</u>	<u>21.369</u>	<u>44.142</u>	<u>3.233</u>	<u>881</u>	<u>74.175</u>	<u>19.077</u>	<u>93.252</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,94	20	7,14	20	10			

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2010 certos empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado.

As operações de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 3.099 na controladora e R\$ 3.220 no consolidado, em 31 de dezembro de 2009 na controladora o total é R\$ 2.699 e R\$ 2.790 no consolidado, os bens objeto do arrendamento correspondem a equipamentos de informática e possuem prazo de três anos.

As operações de arrendamento mercantil financeiro mantidas pela Companhia estão reconhecidas nos saldos patrimoniais.

14 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

			Controladora		
	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Exterior					
Financiamento de importação	US\$	LIBOR + 0,8	979	14.524	
KFW	US\$	LIBOR + 5			9.229
Nacionais					
Capital de giro	CDI	7		15.368	14.682
Capital de giro	CDI	2	57.306		105.755
			<u>57.306</u>	<u>15.368</u>	<u>120.437</u>
			<u>58.285</u>	<u>29.892</u>	<u>129.666</u>
Parcelas vencíveis a curto prazo					
Nacionais			(57.306)	(15.368)	(78.536)
Exterior			(979)	(14.524)	(9.229)
			<u>(58.285)</u>	<u>(29.892)</u>	<u>(87.765)</u>
Parcelas vencíveis a longo prazo					(41.901)
			<u>(58.285)</u>	<u>(29.892)</u>	<u>(129.666)</u>
			Consolidado		
	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Exterior					
Financiamento de importação	US\$	LIBOR + 0,8	979	14.524	
KFW	US\$	LIBOR + 5			9.229
Nacionais					
Capital de giro	CDI	7		15.368	14.682
Capital de giro	CDI	2	57.306		105.802
FINEP	TJLP	3,5	6.552		4.456
			<u>64.837</u>	<u>15.368</u>	<u>124.940</u>
			<u>64.837</u>	<u>29.892</u>	<u>134.169</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

15 Debêntures

Em dezembro de 2009, a Companhia, na qualidade de emissora e o Banco Bradesco BBl S.A., como banco mandatário e instituição depositária, celebraram, via instrumento particular de escritura, a 1ª emissão de debêntures simples. A operação totalizou R\$ 85.000, em uma série única. Os valores, não conversíveis em ações, são da espécie sem garantia real e sem preferência, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação do Bradesco BBl, Itaú BBA e Banco Safra.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) calculados e divulgados pela CETIP (taxa DI), acrescidos de juros de 3,4% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento (base 252 dias úteis), que se estende até o mês dezembro de 2012.

A debênture está sujeita ao cumprimento de certos índices financeiros (*covenants*), como (i) dívida líquida máxima limitada a R\$ 180 milhões; e (ii) quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ser inferior ou igual a 1,75.

A Companhia atendeu a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

(a) Movimentação

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Saldo no início do exercício	83.761	
Captações		83.761
Amortização	(27.715)	
Juros	<u>11.641</u>	
Saldo no fim do exercício	<u>67.687</u>	<u>83.761</u>

(b) Garantias

A O.E.S.P. Gráfica S.A., OESP Participações S.A., OESP Mídia Ltda. e Agência Estado Ltda. são garantidoras da liquidação das debêntures, obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor garantido.

- Cessão fiduciária - a emissora e as garantidoras dão em garantia duas carteiras de recebíveis e todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Bradesco. O valor mínimo dos créditos cedidos fiduciariamente deverá equivaler a R\$ 30.000 no primeiro ano da emissão e R\$ 20.000 nos demais anos, até a data de vencimento.
- Hipoteca - a O.E.S.P. Gráfica constituiu uma hipoteca em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, sobre imóveis de sua propriedade localizados na Avenida Professor Celestino Bourrol, 100 e na Avenida Caetano Álvares, 55.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

16 Programa de parcelamento fiscal

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 cujo objetivo é regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

Os débitos incluídos são aqueles originados substancialmente de:

- . SAT - cobranças que foram efetuadas pela Receita Federal do Brasil por entender que o percentual de SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) recolhido pela Companhia não estava correto;
- . INSS - débitos parcelados anteriormente, em setembro de 2006, através do PAEX e parcelados em maio de 2008 através de Parcelamento Ordinário;
- . CSLL - débito discutido em Mandado de Segurança, objetivando proceder a compensação de 1/3 da COFINS com o que for devido a título de CSLL sem a limitação temporal imposta pela Lei nº 9.718/98; débito de CSLL sobre lucro do exterior e, de compensação através de PER/DCOMP, não homologada pela Receita Federal do Brasil, para quitar débito de CSLL;
- . CIDE - questionamento judicial sobre a incidência da CIDE sobre valores pagos a residentes no exterior a título de *royalties* ou de remuneração de contratos, instituído pela Lei nº 10.168/00 e alterado pela Lei nº 10.332/01 - período a partir de 2002;
- . IRPJ - débito de IRPJ sobre lucro do exterior e; compensação através de PER/DCOMP, não homologada pela Receita Federal do Brasil, para quitar débito de IRPJ. Compensação de débito de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, não homologada pela Receita Federal do Brasil;
- . PIS - compensação de débito de PIS não homologada pela Receita Federal do Brasil;
- . COFINS - compensado com crédito de PIS, conforme disposições dos Decretos-Lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que foi glosado pela Receita Federal do Brasil.

O montante atualizado em 31 de dezembro de 2009 dos débitos incluídos no parcelamento atualizado é de R\$ 33.128 na controladora e R\$ 38.980 no consolidado. Os impactos no resultado, reconhecidos em 2009, estão relacionados ao reconhecimento de débitos não provisionados anteriormente de R\$ 3.262 na controladora e 4.096 no consolidado, reconhecimento de crédito por benefício de multa e juros no montante R\$ 9.895 na controladora e R\$ 11.401 no consolidado e provisão de honorários advocatícios. Foram compensados com prejuízos fiscais e com base negativa de CSSL em 2009 o montante de R\$ 11.138 na controladora e consolidado. A atualização monetária pela SELIC em 2010 foi de 1.084 (2009 - R\$ 84) na controladora e R\$ 1.487 no consolidado (2009 - R\$ 116).

Em dezembro de 2010, a Agência Estado Ltda. aderiu ao PPI Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura criado pela Lei nº 14.129/06, visando regularizar passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais impactando o consolidado. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2010 dos débitos incluídos no parcelamento atualizado é de R\$ 18.301 no consolidado. Os impactos no resultado, reconhecidos em 2010, estão relacionados ao reconhecimento de débitos não provisionados anteriormente de R\$ 4.797, reconhecimento de crédito por benefício de multa e juros, no montante de R\$ 13.504 no consolidado e provisão de honorários advocatícios.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Total a pagar	12.179	33.128	16.557	38.980
Adição			18.301	
Anistia de multa		(1.556)	(932)	(1.882)
Anistia de juros		(3.748)	(12.196)	(4.335)
Anistia de encargos		(4.591)	(376)	(5.184)
Saldo	12.179	23.233	21.354	27.579
Compensação com prejuízos fiscais e com bases negativas de CSSL		(11.138)		(11.138)
	12.179	12.095	21.354	16.441
Atualização monetária	1.084	84	1.487	116
Pagamentos efetuados			(51)	
Total	13.263	12.179	22.790	16.557
Circulante	(888)	(812)	(1.651)	(1.104)
Não circulante	12.375	11.367	21.139	15.453

17 Partes relacionadas

As transações de partes relacionadas referem-se principalmente à venda de anúncios, a prestação de serviços e mútuos. Sobre os contratos de mútuo não há incidência de encargos financeiros, tampouco prazo de vencimento, exceto o mútuo com a O.E.S.P. Gráfica S.A., sobre o qual incide juros de 100% do CDI. Os valores relativos a partes relacionadas estão assim compostos:

Natureza	Saldos a receber (pagar)					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo circulante						
	Prestação de serviços					
Agência Estado Ltda.	871	1.753	1.588			
O.E.S.P. Gráfica S.A.	283	4.416	1.587	530	4.416	1.587
OESP Participações S.A.	90	38	16	90	38	16
Outras	1.267	3.373	1.684	1.312	3.631	1.095
	<u>2.611</u>	<u>9.580</u>	<u>4.875</u>	<u>1.932</u>	<u>8.085</u>	<u>2.698</u>
Ativo não circulante						
	Empréstimos					
O.E.S.P. Gráfica S.A.	39.124	36.471	24.967	39.124	36.471	24.967
OESP Participações S.A.	20.428	13.051	5.522	20.428	13.051	5.522
Outras	1.439	1.254	1.065	1.439	1.254	1.065
	<u>60.991</u>	<u>50.776</u>	<u>31.554</u>	<u>60.991</u>	<u>50.776</u>	<u>31.554</u>
Passivo circulante						

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

		Saldos a receber (pagar)					
		Controladora			Consolidado		
Natureza		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	Prestação de serviços						
	Agência Estado Ltda.	(128)					
	O.E.S.P. Gráfica S.A.	(65)					
	Outras	(162)					
		<u>(355)</u>					
	Empréstimos						
	Agência Estado Ltda.	(88.253)	(67.285)	(35.807)			
	O.E.S.P. Gráfica S.A.			(149)			(149)
	Outras	(8.573)	(4.937)	(111)	8.801	5.692	(114)
		<u>(96.826)</u>	<u>(72.222)</u>	<u>(36.067)</u>	<u>(8.801)</u>	<u>(5.692)</u>	<u>(263)</u>

(a) Vendas de produtos e serviços

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Vendas de produtos e serviços		
O.E.S.P. Gráfica Ltda.	2.457	3.223
Oesp Mídia Ltda.	3.287	3.139
Outras	632	628
	<u>6.736</u>	<u>6.990</u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base na correção de custos.

(b) Compras de produtos e serviços

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Compras de produtos e serviços		
O.E.S.P. Gráfica S.A.	4.200	4.200
Outras	247	212
	<u>4.447</u>	<u>4.412</u>

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração.

A verba anual autorizada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2010 para remuneração dos Administradores para o exercício de 2010 foi de R\$ 8.499. As despesas com

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

remuneração dos executivos e administradores da Companhia e suas controladas são resumidas conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Salários e encargos	2.940	2.720
Remuneração dos administradores	6.478	5.388
Participação nos lucros		833
Planos de aposentadoria e pensão	2.337	2.290
Outros	97	84
	<u>11.852</u>	<u>11.315</u>

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota (22)). A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

18 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

No que se refere a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, eles têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	Depósitos para recursos	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos para recursos	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributários	227	(674)	(447)	227	(666)	(439)
Cíveis e lei de imprensa	729	(5.397)	(4.668)	840	(5.507)	(4.667)
Trabalhistas	5.593	(16.776)	(11.183)	5.503	(16.118)	(10.615)
	<u>6.549</u>	<u>(22.847)</u>	<u>(16.298)</u>	<u>6.570</u>	<u>(22.291)</u>	<u>(15.721)</u>
Parcela circulante			1.899			3.890
Parcela não circulante			<u>(14.399)</u>			<u>(11.831)</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	Depósitos para recursos	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos para recursos	Montante provisionado	Passivo líquido
Tributários	227	(883)	(656)	638	(1.268)	(630)
Cíveis e lei de imprensa	729	(5.460)	(4.731)	840	(5.615)	(4.775)
Trabalhistas	6.107	(18.093)	(11.986)	5.943	(17.317)	(11.374)
	<u>7.063</u>	<u>(24.436)</u>	<u>(17.373)</u>	<u>7.421</u>	<u>(24.200)</u>	<u>(16.779)</u>
Parcela circulante			<u>1.924</u>			<u>3.986</u>
Parcela não circulante			<u>(15.449)</u>			<u>(12.793)</u>

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Tributários			
Saldo no início do exercício	(666)	(21.083)	(23.651)
(Adições)/baixas, líquidas	(8)	20.417	20.109
Saldo no fim do exercício	<u>(674)</u>	<u>(666)</u>	<u>(21.083)</u>
Cíveis e lei de imprensa			
Saldo no início do exercício	(5.507)	(6.325)	(8.956)
(Adições)/baixas, líquidas	110	818	2.631
Saldo no fim do exercício	<u>(5.397)</u>	<u>(5.507)</u>	<u>(6.325)</u>
Trabalhistas			
Saldo no início do exercício	(16.118)	(18.991)	(21.299)
(Adições)/baixas, líquidas	(658)	2.873	2.308
Saldo no fim do exercício	<u>(16.776)</u>	<u>(16.118)</u>	<u>(18.991)</u>
	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Tributários			
Saldo no início do exercício	(1.268)	(22.599)	(26.814)
(Adições)/baixas, líquidas	(498)	20.063	4.215
Saldo no fim do exercício	<u>(883)</u>	<u>(1.268)</u>	<u>(22.599)</u>
Cíveis e lei de imprensa			

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Saldo no início do exercício (Adições)/baixas, líquidas	(5.615) <u>155</u>	(6.421) <u>806</u>	(9.087) <u>2.666</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(5.460)</u>	<u>(5.615)</u>	<u>(6.421)</u>
Trabalhistas			
Saldo no início do exercício (Adições)/baixas, líquidas	(17.317) <u>(776)</u>	(20.036) <u>2.719</u>	(23.092) <u>3.056</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(18.093)</u>	<u>(17.317)</u>	<u>(20.036)</u>

As principais movimentações ocorridas são as seguintes:

(i) Contingências tributárias

Em 31 de dezembro de 2009, a S.A. "O Estado de S. Paulo" reverteu a provisão dos seguintes processos:

- Discussão judicial quanto à constitucionalidade do alargamento da base da COFINS conforme Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A reversão de R\$ 15.425 foi efetuada em conformidade com a posição dos seus advogados.
- Discussão judicial relativa à contribuição social sobre o lucro compensada com 1/3 da COFINS, no valor de R\$ 6.101 devido à adesão ao REFIS conforme a Lei nº 11.941 de 2009.

Na mesma, data a Agência Estado Ltda. reverteu a provisão dos seguintes processos:

- Discussão judicial quanto à constitucionalidade do alargamento da base da COFINS conforme Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A reversão de R\$ 721 foi efetuada em conformidade com a posição dos seus advogados.
- Discussão judicial relativa à contribuição social sobre o lucro compensada com 1/3 da COFINS, no valor de R\$ 249 devido a adesão ao REFIS conforme a Lei nº 11.941 de 2009.

(ii) Contingências cíveis e lei de imprensa

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por supostos dano moral e/ou material.

(iii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas da Companhia nos últimos 60 meses.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam a R\$ 31.682 na controladora e R\$ 37.372 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 19.207 na controladora e R\$ 59.262 no consolidado), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

Os principais valores, envolvidos no montante do consolidado de R\$ 37.372 referem-se a:

- . Discussão sobre a cobrança de imposto de renda sobre contratos de *hedge* - R\$ 10.976;
- . Indenizações por acidente de trabalho - R\$ 5.066;
- . Ressarcimento por descontos indevidos em contrato de representação comercial - R\$ 3.738.

(d) Depósitos para recursos

Os depósitos para recursos classificados no ativo referem-se, substancialmente, a causas trabalhistas e de lei de imprensa, consideradas de perda possível ou remota e sobre as quais não foram constituídas provisões.

19 Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes referem-se majoritariamente aos recebimentos de assinaturas contratadas cujos exemplares ainda não foram entregues, no montante de R\$ 24.939 em 2010 (2009 - R\$ 32.682 e 2008 - R\$ 27.594).

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia é composto de 485.112 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O estatuto social estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

(b) Dividendos propostos e juros sobre capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia propôs, em reunião de diretoria realizada em 20 de dezembro de 2010, a distribuição a seus acionistas de dividendos e juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 29 de abril de 2011. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como despesa financeira. Para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

A proposta de dividendos e juros sobre capital próprio consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido do exercício	46.014
Reserva legal	<u> </u>
Base de cálculo do dividendo mínimo	<u>46.014</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>11.503</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	13.153
Efeito tributário sobre juros sobre capital próprio	<u>(1.650)</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos	<u>11.503</u>

(c) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e conforme previsto na legislação societária, a Companhia constituiu a reserva legal até o limite de 20% do capital social.

O saldo corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal e da proposta de distribuição dos dividendos, e visa, principalmente: (i) atender aos planos de investimentos e de modernização; e (ii) reforço do capital de giro dado as obrigações já contratadas. A administração irá propor na próxima assembleia a destinação das reservas de lucros, conforme a Lei das Sociedades Anônimas.

21 Ajuste de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores correspondem majoritariamente à baixa do investimento que a Companhia mantinha na OESP Participações S.A. (OESPAR).

Em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, a Companhia possuía investimento na empresa OESPAR, no montante de R\$ 125.514. Nessa mesma data, essa investida apresentava excesso de passivos sobre os seus ativos (passivo a descoberto). A Companhia manteve esse investimento avaliado pelo custo de aquisição, não reconhecendo uma provisão para perda desse investimento.

Durante o exercício de 2010, a Companhia optou por reconhecer a baixa desse investimento contra lucros acumulados.

22 Plano de previdência privada

A Companhia, como copatrocinadora do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu com R\$ 1.602 em 2010 (2009 - R\$ 2.536). No consolidado o valor de contribuição totaliza R\$ 2.121 em 2010 (2009 - R\$ 2.882).

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

23 Receita líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Receita bruta				
Vendas e prestações de serviços	710.907	657.090	872.088	811.178
Deduções de vendas	<u>(130.152)</u>	<u>(128.654)</u>	<u>(147.580)</u>	<u>(147.957)</u>
Receita líquida	<u>580.755</u>	<u>528.436</u>	<u>724.508</u>	<u>663.221</u>

24 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.473)	(11.841)	(14.582)	(12.310)
Apropriação de juros	(423)		(426)	
Outras despesas financeiras	<u>(3.616)</u>		<u>(3.721)</u>	
	<u>(18.512)</u>	<u>(11.841)</u>	<u>(18.729)</u>	<u>(12.310)</u>
Receitas financeiras				
Receita com aplicações financeiras	2.973	1.508	3.120	1.572
Outras receitas financeiras	<u>4.712</u>	<u>3.877</u>	<u>4.990</u>	<u>4.267</u>
	<u>7.685</u>	<u>5.385</u>	<u>8.110</u>	<u>5.839</u>
Variações cambiais e monetárias				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(437)	1.444	(437)	1.444
Variação cambial e monetária sobre outros ativos e passivos	<u>(615)</u>	<u>16.972</u>	<u>(820)</u>	<u>16.015</u>
	<u>(1.052)</u>	<u>18.416</u>	<u>(1.257)</u>	<u>17.459</u>
	<u>(11.879)</u>	<u>11.960</u>	<u>(11.876)</u>	<u>10.988</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Matéria-prima	75.003	89.888	75.003	89.888
Despesas com pessoal	180.039	154.166	227.224	198.150
Serviços de terceiros	68.303	71.496	114.474	110.358
Despesas assistenciais	8.210	6.295	9.672	7.127
Promoção e propaganda	25.231	29.755	26.569	30.839
Depreciações e amortizações	11.516	11.055	14.725	13.748
Frete e carretos	52.838	46.499	52.838	46.499
Despesas com comissões e bonificações	44.435	34.827	44.435	34.827
Locação de veículos	3.649	4.155	3.649	4.155
Aluguéis de edifício, máquinas e equipamentos.	5.038	5.645	5.038	5.645
Programa de parcelamento incentivado (ISS)			4.797	
Programa de parcelamento fiscal		3.262		4.096
Materiais	15.916	15.156	15.916	15.156
Outras despesas	49.379	43.246	57.366	45.330
	<u>539.557</u>	<u>515.445</u>	<u>651.706</u>	<u>605.818</u>

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros no montante de R\$ 418.796 (2009 - R\$ 418.796) considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades. No consolidado este valor totaliza R\$ 456.762 para o ano de 2010.

27 Adoção dos CPCs pela primeira vez

27.1 Base da transição

27.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 2008, após a promulgação da Lei nº 11.638/07, as práticas contábeis adotadas no Brasil sofreram substanciais modificações, com o intuito aos CPCs. A Companhia aplicou a norma de adoção inicial na preparação dessas demonstrações financeiras.

A data de transição da Companhia é 1º de janeiro de 2009. A Administração preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo as novas práticas contábeis adotadas nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Notas explicativas consolidadas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 Em milhares de reais

27.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva

Com relação às isenções constantes do CPC 37, não se aplicam à Companhia:

- (a) combinação de negócios - o CPC 15 foi aplicado a partir de 10 de janeiro de 2009;
- (b) contratos de seguros - os contratos de seguros celebrados pela Companhia não estão no escopo deste pronunciamento;
- (c) custo atribuído ao ativo imobilizado - o ativo imobilizado já vinha sendo depreciado com base na vida útil estimada e a administração optou por não utilizar o custo atribuído;
- (d) ativos e passivos de controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas - a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos foi aplicada concomitantemente e de forma consistentes em todas as controladas e coligadas do Grupo;
- (e) instrumentos financeiros compostos - não há operações envolvendo esse tipo de instrumentos financeiros;
- (f) passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado - a Companhia não possui contratos incluídos neste escopo;
- (g) ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 1 - "Contratos de Concessão" - a Companhia não possui contratos de concessão.

27.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e os novos CPCs

A Companhia não apresentou diferenças significativas em decorrência da alteração das novas práticas contábeis.

* * *

S.A. "O Estado de S. Paulo"

**Notas explicativas consolidadas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010**
Em milhares de reais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aurélio de Almeida Prado Cidade
Presidente

CONSELHEIROS

Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Ferreira de Mesquita
Patricia Maria Mesquita
Roberto Crissiuma Mesquita

CONSELHO CONSULTIVO

Roberto Caiuby Vidigal
Presidente

CONSELHEIROS

Walter Fontana Filho
Guilherme Coutinho Paranhos Velloso
José Roberto Mendonça de Barros

DIRETORIA

Silvio José Genesini Júnior
Diretor Presidente

DIRETORES

Ruy Mesquita
Ricardo Gandour
Roberto Gazzi dos Santos
Claudia Granja Belfort
Ricardo do Valle Dellape - Diretor Financeiro

Francisco Antonio Valladares Camiña
Gerente de Controladoria
Contador-CRC 1SP222485/O-5